



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é interessante notar como as mais saudosas invocações do Plano Cruzado e suas chorosas lembranças, nesta tribuna ou na imprensa nacional, partem, com quase indefectível reiteração, daqueles que foram os mais duros e implacáveis críticos do mesmo Plano. É interessante também registrar que aqueles que à época do Plano Cruzado o denunciavam, sob os mais variados argumentos, são os mesmos que hoje o invocam e se fazem, saudosamente, os seus tardios porta-vozes. Lideranças que, em um passado recente, denunciavam o Plano Cruzado como inimigo da economia de mercado ocupam a tribuna oposta para lembrar com saudade aquilo que à época abjuraram. De outra parte, lideranças que denunciavam o Plano Cruzado como inimigo do ganho dos trabalhadores, como confiscador dos salários, são as mesmas que desta tribuna, à esquerda da mesa, invocam saudosamente aquilo que tanto combateram. Alguns se extremam e desrespeitam as lembranças mais simples, mais corriqueiras e mais obrigatórias da nossa realidade política, para afirmar, até mesmo com desfaçatez, que hoje se vive uma situação pior do que aquela da ditadura militar. Talvez não se lembrem de que esta Casa, que atualmente abriga uma Constituinte livre e soberana, há pouco mais de dois anos estava sob o cerco da violência arbitrária, quando o General Comandante das Tropas do Planalto, tristemente célebre decidiu que a voz do Congresso Nacional não poderia ser levada ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, ainda recentemente uma maioria de ocasião, fabricada pela pressão e pela corrupção, aprovava neste mesmo plenário, numa madrugada vergonhosa, legislação salarial que confiscava de 15 a 20%, nominalmente, mas realmente muito mais, do INPC nos salários dos trabalhadores. E há quem se atreva a comparar aqueles tempos luminosos com os dias difíceis em que vivemos hoje, e que, em vez de testemunharem o confisco de 15, 20 ou 30% do INPC no salário do trabalhador, testemunham o gatilho que busca repor, na medida do possível, a erosão resultante do processo inflacionário. Não se pretende sustentar que é rósea a situação, mas não se pode conviver com a afirmação leviana que ignora os avanços no plano social, para não registrar aqueles que, no plano institucional, estabelecem uma diferença abissal entre a ditadura e a democracia, o arbítrio e a liberdade. Compare-se o tempo das intervenções nos sindicatos, das perseguições aos

líderes dos trabalhadores, com o tempo em que os representantes das centrais sindicais — todas elas — são recebidos pelo Presidente da República e negociam quase diariamente com o Ministro do Trabalho. Não, Sr. Presidente, não vamos conviver com a leviandade, muito menos com o desrespeito à memória, sob pena de, esquecendo o nosso passado recente, sermos obrigados a vivê-lo novamente. A vergonha daquela noite negra que se abateu sobre o nosso País não pode ser obscurecida, nem mesmo pelo obscurantismo político que, originário de qualquer procedência na geografia do nosso quadro partidário, busque negar os inquestionáveis avanços no plano institucional, o clima de absoluta normalidade democrática na convivência do Governo e dos governados. Os fatos nos autorizam a concluir — os inimigos de ontem do Plano Cruzado aparecendo hoje como seus mais chorosos defensores tardios — que o equívoco de alguns, associado à malícia de muitos, produziu a conjugação de interesses que contribuiu decisivamente para que o Plano Cruzado chegasse ao oca-so conhecido.

Muito mais razão assistiria, Sr. Presidente, a quem registrasse, pelos fatos conhecidos, que em vez do fracasso, muito mais justamente se definiria a derrota do Plano Cruzado como aquela de uma iniciativa que teve por escopo e objetivo alcançado produzir no nosso País a mais espantosa transferência de renda que registra a sua História. Ainda que tardiamente, a justiça se fará pela forma tortuosa da crítica dos detratores de ontem, buscando caminhos da simpatia popular para identificação com aquela iniciativa. Não terá sido, no entanto, em vão a experiência que viveu o nosso País e que indicou a possibilidade de fazer-se uma política voltada para os desvalidos, para os pobres, para aqueles que historicamente não têm tido voz nem vez. O Governo José Sarney, desde a sua primeira opção, manifestou claramente que tencionava rever o sistema desumano da concentração de renda.

A experiência do Plano Cruzado, as dificuldades que enfrentou, os inimigos que se ergueram à sua frente, seja por causa de interesses econômicos contrariados, seja por causa de interesses políticos ameaçados — pouco importa que hoje se conjuguem, oportunisticamente, nesta estranha, mas lamentável e não rara ação conjugada das mãos da esquerda e da direita para produzir o mesmo resultado demagógico e populista a experiência do Plano Cruzado — repito — está marcada na lembrança do povo brasileiro, demonstrando que é possível e, mais do que isto, necessário seguir uma política que busque revogar, isto sim, a histórica política de concentração crescente de renda nas mãos de minorias. Ele nos permite ter a esperança de que uma política voltada para as maiorias ainda tem vez neste nosso País, já que o Governo está comprometido com uma definida opção pelos pobres, como tem reiterado tantas vezes o Presidente José Sarney. S. Ex.^a tem procurado, através da adoção de uma nova política econômica e financeira, buscar novos caminhos para o nosso País.

Seria muito fácil recolher a crítica daqueles que, num passado recente, produziram o resultado que aí está. Seria fácil acolher como sugestão o caminho que eles seguiram, qual seja o da recessão e do consumo para apenas um terço dos brasileiros que vivem na feliz Bélgica das altas rendas *per capita*. Seria muito fácil seguir o caminho das medidas arbitrárias que, inevitavelmente, precisariam ser adotadas para conter pela força aqueles dois terços de irmãos nossos que vivem na pobreza, quando não na miséria mais absoluta. Este caminho singelo, no entanto, não é aquele que resulta da opção do Governo José Sarney. O Presidente José Sarney tem reafirmado sua definida opção pelo desenvolvimento e pelos avanços sociais.

A lembrança do Plano Cruzado há de ser não a lembrança de um passado morto, mas, ao contrário, a verificação da possibilidade que se mantém na memória do povo brasileiro e, certamente, na perspectiva dos homens do Governo, de se implantar uma política voltada para as maiorias, para que, afinal, se possa demonstrar que não há conflito entre os desenvolvimentos econômico e social.

PUBL. DCN de 021 06/87

Pág. 1854 e 1855 Col. 3ª e 1ª